

## A PSICOLOGIA AMBIENTAL COMO ÁREA DE INVESTIGAÇÃO DA INTER-RELAÇÃO PESSOA-AMBIENTE

Maria Cherubina de Lima Alves (Uni-FACEF)

Marlise Aparecida Bassani (PUC/SP)

A Psicologia Ambiental é uma subárea da Psicologia que tem como objeto de estudo as inter-relações entre o homem e suas ações com o meio ambiente. Ela é uma área nova, porém em desenvolvimento.

O primeiro autor a utilizar o termo Psicologia Ambiental foi Brunswik, em 1943 (GIFFORD, 1997). Brunswik defendia que os psicólogos deveriam se dedicar mais à pesquisa sobre a representatividade do *design*, argumentando que os estímulos ambientais transmitidos pelo *design* eram bem mais complexos do que normalmente se considerava na época.

Kurt Lewin foi um autor importante na história do desenvolvimento da Psicologia Ambiental. Entretanto, apesar de introduzir a importância de se considerar a dimensão ambiental na Psicologia, Lewin não realizou pesquisas sobre o ambiente físico objetivo, apenas esboçou noções para o desenvolvimento deste paradigma (CARNEIRO; BINDÉ, 1997; GIFFORD, 1997). Segundo Gifford (1997), as maiores influências de Lewin na Psicologia Ambiental foram a teoria de campo e a pesquisa-ação, sendo que a primeira levou à consideração mais cautelosa do ambiente físico nas pesquisas e a segunda assinalou para a importância da pesquisa científica estar vinculada a mudanças sociais concretas.

Segundo Bassani (2004), a Psicologia Ambiental se firma no meio científico na década de 70 com a proposta de realizar investigações no contexto das relações entre os seres humanos, os ambientes físicos e os problemas ambientais, buscando novas formas de atuação e produção do conhecimento.

A inter-relação pessoa-ambiente, numa perspectiva de mútua influência, é o foco de estudo da Psicologia Ambiental. Entende-se que tanto as pessoas modificam os ambientes como os ambientes interferem no comportamento das pessoas. Bassani (2004) propõe o uso do termo *pessoa*, que expressa os caracteres

histórico, cultural, cognitivo e afetivo e as identidades social e individual envolvidos no estudo das inter-relações.

Segundo Aragonés e Américo (2000), o meio ambiente, ou ambiente sociofísico, inclui tanto os ambientes naturais (rios, florestas, etc.) quanto os construídos pelo homem (casas, cidades, etc.) e as inter-relações sociais envolvidas.

Como uma Psicologia que trata do espaço e analisa as percepções, atitudes e comportamentos individuais e comunitários em relação aos contextos físicos e sociais em que se está inserido, Moser (2001) defende a importância de caracterizar as transações pessoa-ambiente em diferentes níveis, contextualizando-as nos quatro níveis a seguir.

a) Nível I ou nível individual: microambiente, espaço privado. Exemplos: residência, local de trabalho;

b) Nível II ou nível da vizinhança-comunidade: ambientes compartilhados, espaços semipúblicos. Exemplos: blocos de apartamentos e parques;

c) Nível III ou nível indivíduo-comunidade: ambientes públicos, paisagem, espaços intermediários. Exemplos: hospital, cidades, campo, aldeias;

d) Nível IV ou nível social: ambiente global, em sua totalidade, abrangendo tanto o ambiente construído como o natural. Exemplo: recursos naturais.

Ainda é importante ressaltar que existem quatro dimensões da inter-relação pessoa-ambiente: física, social, cultural e temporal (MOSER, 2001). Estas dimensões estão envolvidas em toda inter-relação pessoa-ambiente, em cada um dos níveis ambientais, conferindo-lhe complexidade e dinamização.

Apesar de ser necessária para o estudo teórico e, principalmente, para o planejamento metodológico a determinação de níveis e dimensões em que se dão as inter-relações pessoa-ambiente, Bassani (2004) nos lembra que os estudos da Psicologia Ambiental não são do “ambiente físico em si, mas de suas características e relações que venham a facilitar ou dificultar as interações sociais e as necessidades humanas” (p.153).

Publicações como *Handbook of Environmental Psychology*, organizado por Stokols, *Environmental Psychology: principles and practice*, escrito por Gifford (2002, 1997), e *Handbook of Environmental Psychology* editado por Bechtel e Churchman (2002) são demonstrações da abrangência da Psicologia Ambiental e do tipo de problema de que ela se ocupa, bem como fontes de definição dos seus autores de

referência (FERREIRA, 1997). Estes dois últimos livros são exemplos de revisões de literatura periodicamente feitas na área.

Proshansky, Ittelson e Rivlin (1970) expõem alguns conceitos básicos e suas implicações teóricas, fundamentais para definição do objeto de estudo da Psicologia Ambiental, tais como sua multi ou interdisciplinaridade.

Segundo Moser (2005), uma área que se propõe estudar a inter-relação pessoa-ambiente tem que focar sua investigação tanto nos usuários do ambiente como no ambiente em si. Estudos do ambiente são necessariamente interdisciplinares, abrangendo áreas do conhecimento voltadas para a compreensão do ambiente natural (zoologia, biologia, geologia e estudos florestais) como do construído (ergonomia, arquitetura, planejamento da paisagem e urbano). (GÜNTHER, 2005; MOSER, 2005). Esta interdisciplinaridade impõe limitações e cuidados metodológicos às investigações da área.

Proshansky, Ittelson e Rivlin (1970) esclarecem ainda que não há teoria específica na qual os pesquisadores devam se apoiar, mas é feita a inclusão dos referenciais teóricos da Psicologia para interpretação de seus conceitos e processos. Assim, em relação aos referenciais teóricos, a Psicologia Ambiental não tem limites de aplicabilidade de seus conceitos conforme as diversas visões de homem e de mundo dadas pelos referenciais teóricos da Psicologia. Segundo Alves (2005), ainda predominam nesta área pesquisadores com referências cognitivistas e comportamentalistas, porém tem crescido as pesquisas que adotam os referenciais analítico-junguiano e fenomenológico.

Através de uma revisão da literatura da década de 70, pode-se perceber que as pesquisas da época refletem o começo da exploração da área da Psicologia Ambiental, ainda sem referências anteriores para que se fossem realizados estudos mais complexos. Cabe, porém, a crítica de que existe uma unilateralidade nestas pesquisas, já que focalizavam a influência direta dos ambientes ou das características ambientais nas pessoas e não estudavam as inter-relações ou transações pessoa-ambiente propriamente ditas (GIFFORD, 2002).

Segundo Ferreira (1997), a Psicologia Ambiental passou por um processo de consolidação institucional nas décadas de setenta e oitenta, que pode ser constatado pelo surgimento e transformação de cátedras universitárias para contemplar esta área, entidades agremiadoras como associações e sociedades dedicadas à área, existência de periódicos específicos, a realização de congressos

com pesquisadores da área, a criação de departamentos de ensino e pesquisa específicos da área e revisões de literatura que avaliavam e articulavam sua produção.

Na década de 1990, a Psicologia Ambiental passa por uma reestruturação (BOMFIM, 2003; FERREIRA, 1997) que a redefine como área de investigação, abandonando as pesquisas exclusivamente arquiteturas e etológicas das delimitações espaciais, seu controle sobre o comportamento humano e a defesa do espaço. A Psicologia Ambiental passa a estudar a interação das pessoas com o ambiente sociofísico, incluindo nos seus interesses de estudo a cognição ambiental e os afetos relacionados aos espaços (BOMFIM, 2003).

Stokols e Altman publicaram em 1991 o *Handbook of Environmental Psychology*. Neste manual trataram da aplicação da Psicologia Ambiental na solução de problemas comunitários e na formulação de políticas públicas e possibilidades da influência da área em pesquisas futuras (STOKOLS; ALTMAN, 1991). Inicia-se, assim, a preocupação dos psicólogos ambientais em produzir pesquisas voltadas para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e imbuídas de um comprometimento social.

Ferreira (1997) realizou um trabalho de revisão de literatura sobre investigações a respeito da degradação ambiental. O autor analisa as influências do contexto econômico na degradação ambiental, uma vez que este direciona as ações das pessoas para o consumo desenfreado e determina a sua adequação à organização social vigente.

Ferreira (1997) avalia as virtudes e limitações da Psicologia Ambiental, indicando virtudes como a ênfase dada a problemas reais, o exercício de crítica no trabalho de investigação científica e o comprometimento com exercício sócio-político que marcam seu surgimento e seu desenvolvimento. As limitações da área seriam a perda de especificidade na delimitação de eventos e fenômenos que estuda e a dificuldade para redefinir a unidade de análise.

Ferreira (1997) relata que a Psicologia Ambiental incorporou de forma adaptada alguns processos psicológicos básicos estudados pela Psicologia em seus estudos, inter-relacionando estes processos com os ambientes onde eles ocorrem. A percepção ambiental, a cognição ambiental, o estresse ambiental e as atitudes pró-ambientais foram estudados desde o surgimento desta área de investigação.

Dar-se-á destaque aos estudos realizados sobre as atitudes pró-ambientais. Para Corral-Verdugo (2001), as atitudes são comportamentos eletivos, padrões de ação que podem produzir efeitos nocivos sobre o meio ambiente ou então preservar os recursos naturais disponíveis. Este autor defende que o problema com maior demanda atual na Psicologia Ambiental é o estudo da degradação do meio. A Psicologia Ambiental pode contribuir com estudos de formas de educação ambiental que levassem as pessoas a desenvolverem atitudes pró-ambientais, conscientizando-as do seu papel social e das repercussões de suas ações no meio ambiente.

Corral-Verdugo (2001) destaca doze tipos de problema humano-ambientais sobre os quais a Psicologia Ambiental vem realizando pesquisas: (a) diminuição do consumo de recursos, (b) reaproveitamento de produtos, (c) elaboração de compostagem (decomposição de material orgânico), (d) reciclagem, (e) adoção de comportamentos que reduzem a produção de lixo, (f) controle do lixo e estética ambiental, (g) racionamento de energia elétrica, (h) diminuição do uso de transporte privado, (i) racionamento de água, (j) pressão legislativa para controle de atividades destruidoras do meio ambiente, (k) associação ou apoio a grupos de ecologistas e (l) preservação de ecossistemas.

Um dos manuais de Psicologia Ambiental publicados mais recentemente é o *Handbook of Environmental Psychology*, editado por Bechtel e Churchman e publicado em 2002. Este manual traz algumas novidades e avanços, tendo como preocupação central a globalização e seus efeitos sob as diferentes culturas, e a necessidade de um desenvolvimento sustentável. (BECHTEL; CHURCHMAN, 2002). Pode-se verificar nesta publicação um aumento da preocupação de aplicações da Psicologia Ambiental que visem o comprometimento dos indivíduos e das populações com a implementação e a manutenção de um desenvolvimento sustentável.

Em 1987, uma comissão liderada pela Primeira-Ministra norueguesa, Gro Harlem Brundtland, publicou o Relatório *Brundtland (OUR COMMON FUTURE, 2004)* que aponta essencialmente a necessidade de se buscar o desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento capaz de satisfazer as necessidades da geração atual sem comprometer as possibilidades das gerações futuras satisfazerem as suas. Este conceito sugere um questionamento sobre os

modos de vida atuais, já que envolve um desenvolvimento econômico harmonioso e que respeite o ambiente em paralelo com o bem-estar do indivíduo.

Segundo Bonnes e Bonaiuto (2002) todas as ações são individuais e locais, isto é, são feitas individualmente e estão sempre restritas a um certo espaço, o que muitas vezes pode gerar resistências na mudança de atitudes. Os autores ressaltam que as ações têm relevância pró-ambiental quando estiverem comprometidas com o macroprocesso das mudanças globais e forem coletivas, representando a opinião de várias pessoas que habitam o mesmo ecossistema. Agindo localmente, isoladamente, mas com o foco no global, pode-se gerar alterações significativas.

Os problemas ambientais têm sido muito divulgados pela mídia, na maioria das vezes ressaltando de forma sensacionalista a redução dos recursos naturais, o aumento dos vários tipos de poluição, o aquecimento global, a redução das reservas de água potável, a produção excessiva de lixo, entre outros. Notícias sobre o que se denomina de degradação ambiental têm despertado o interesse da população e dos políticos uma vez que apontam as conseqüências que o declínio da qualidade ambiental poderá impor à vida das pessoas.

De acordo com Aragonés e Américo (2000), apesar do “modismo” de debates sobre os problemas ambientais é rara a consciência de que estes problemas são causados e agravados pelas condutas humanas. Na verdade, eles deveriam ser tratados como problemas humano-ambientais (ARAGONÉS; AMÉRIGO, 2000; BASSANI, 2001), incluindo assim a inter-relação pessoa-ambiente na sua origem e para a sua resolução ou prevenção.

Algumas pesquisas da Psicologia Ambiental (BASSANI, 2002; MOSER, 2002; MOYANO-DÍAZ, 2002; WIESENFELD; SANCHEZ; CRONICK, 2002;) reuniram dados que comprovam a necessidade de conscientizar a população de que são os hábitos cotidianos que fazem a diferença para a qualidade ambiental. A Psicologia pode contribuir muito para tal objetivo, pois tem os conhecimentos necessários para conseguir a mudança de atitudes e comportamentos das pessoas no sentido de melhorar a qualidade ambiental e, talvez, a qualidade de vida das pessoas.

Os problemas humano-ambientais têm preocupado cada vez mais os governantes, provocando reuniões entre os responsáveis de diversos países que resultam na elaboração de planos de ação conjuntos a serem implantados pelos governos em seus respectivos países. Um plano de destaque é a Agenda 21, documento formulado na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e

Desenvolvimento (CNUMAD), mais conhecida como Eco-92, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992.

A Agenda 21 estabelece os temas importantes relativos à ação dos diversos países para se alcançar o desenvolvimento sustentável, tais como agricultura sustentável, cidades sustentáveis, ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável, infra-estrutura e integração regional, gestão dos recursos naturais, redução das desigualdades sociais, entre outros. Diante dos parâmetros internacionais estabelecidos, cada país teve a responsabilidade de desenvolver sua Agenda 21 nacional, incorporando e considerando suas particularidades e estabelecendo metas e ações para atingi-las. De acordo com a Agenda 21 Brasileira, cada cidade tem o compromisso de desenvolver a sua Agenda 21 regional, conforme suas características e prioridades.

Alguns países implantam ainda sistemas coercitivos para que a população passe a conservar e preservar o meio ambiente. Porém, o que se percebe é que ações como estas nem sempre resolvem o problema da degradação ambiental, da diminuição dos recursos naturais e da melhora da qualidade de vida para a população. As pesquisas a respeito do envolvimento das pessoas com os problemas humano-ambientais (MOYANO-DÍAZ, 2002; WIESENFELD; SANCHEZ; CRONICK, 2002) revelam que a educação ambiental é a solução mais efetiva, pois informando e conscientizando as pessoas sobre como prevenir ou solucionar os problemas ambientais elas incorporam uma noção do resultado das suas ações ao longo do tempo.

Segundo Bassani, Silveira e Ferraz (2003) os estudos da área têm contribuído para políticas públicas no Brasil, América Latina e Europa.

Em julho de 1995 (BRASIL, 2003), o Ministério da Saúde lançou o Plano Nacional de Saúde e Ambiente no Desenvolvimento Sustentável, elaborado como contribuição brasileira à Conferência Pan-Americana sobre Saúde e Ambiente no Desenvolvimento Humano Sustentável (COPASAD). Esta Conferência foi concebida como conseqüência da Eco-92.

No Plano Nacional de Saúde e Ambiente no Desenvolvimento Sustentável, publicado no Diário Oficial da União em de 11 de julho de 1995 (BRASIL, 2003), são traçadas diretrizes a serem alcançadas a curto e médio prazo, com propósito de servir de referência para as futuras ações no planejamento da saúde e do ambiente. Este relatório exhibe uma noção de saúde e ambiente como interdependentes.

Apesar de contar com um conteúdo muito pertinente e bem desenvolvido - que explicita o contexto nacional atual, os setores públicos envolvidos neste plano, os requisitos necessários para se obter uma ação integrada, os treinamentos de pessoal necessários, e chega até a estabelecer custos, prazos e formas de fiscalização da implementação do plano no país - este plano pouco se concretizou na prática.

O Plano Nacional de Saúde e Ambiente no Desenvolvimento Sustentável prevê a vigência de normas internacionais de qualidade e de impactos ambientais de produtos e de processos através das normas ISO 9000 (qualidade) e ISO 14000 (ambiente), porém a fiscalização do Estado vem sendo falha nas redes pública e privada de saúde.

Bassani (2001), em seu trabalho de pesquisa sobre qualidade de vida e estresse, relaciona a qualidade de vida nas cidades com os problemas humano-ambientais. A autora analisa que, a partir da inserção da dimensão ambiental na avaliação da qualidade de vida, surge a proposta de avaliar a qualidade ambiental, um conceito de mais fácil acesso e manejo nas pesquisas, além da qualidade ambiental ser um indicador da qualidade de vida.

Para Moser (2002), os modos com que as pessoas se relacionam com o ambiente contribuem para o seu bem-estar. Para este autor, o bem-estar depende de uma ancoragem territorial e dos processos de identidade.

A produção na área da Psicologia Ambiental nos últimos 5 anos, no Brasil, tem se preocupado mais com questões teóricas e acadêmicas, visando o seu desenvolvimento enquanto disciplina, porém tem negligenciado a sua utilização na elaboração de políticas públicas fundamentadas nas pesquisas da área.

Garcia Mira (2005) defende as pesquisas e ações da Psicologia Ambiental têm que ser planejadas levando em consideração os contextos democráticos e participativos, para que, então, elas possam se tornar relevantes e integradas nas políticas públicas. Para que realmente aconteça a participação efetiva da população, Garcia Mira (2005) indica que os indivíduos, de todos os gêneros e faixas etárias, têm que se sentir confortáveis e encorajados a participar, legitimando os seus saberes e operacionalizando as modificações que julgam necessárias.

Tendo surgido para solucionar a crise das *pessoas-no-ambiente*, a Psicologia Ambiental só tem sentido se estiver engajada em mudanças sociais e na reformulação de políticas públicas (PINHEIRO, 1997).

Porém, sabe-se que para haver mudanças na inter-relação pessoa-ambiente é necessário, segundo Giuliani (2005),

(...) mudar o equilíbrio de poder entre os vários atores sociais. Porém, a fim de que a pesquisa e a sociedade em geral interajam proveitosamente, deve haver interesse e capacidade, por parte da sociedade, de fazer com que a pesquisa formule modelos interpretativos e não somente proporcione soluções específicas. A esfera da pesquisa, por outro lado, tem de ter o interesse e a capacidade de reconhecer os problemas importantes e fazer o esforço criativo de descobrir os seus aspectos menos evidentes. Acredito que apenas nestas condições pode a natureza orientada-ao-problema da Psicologia Ambiental ser amplamente compartilhada e não permanecer em uma aspiração mais ou menos ilusória de indivíduos. (GIULIANI, 2005, p.101)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria C. L. **Apropriação de espaço: vivência dos pacientes hospitalizados**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

ARAGONÉS, Juan I.; AMÉRIGO, Maria. Psicología Ambiental. Aspectos conceptuales y metodológicos. In: \_\_\_\_\_. (Coord.). **Psicologia Ambiental**. Madrid: Pirámide, 2000. p.23-29.

BASSANI, Marlise A. Psicologia Ambiental: Contribuições para a Educação Ambiental. In: HAMMES, Valéria S. (Org.). **Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável – Proposta Metodológica de Macroeducação**. São Paulo, 2004. v.2, p. 153-157.

\_\_\_\_\_. Pesquisa sobre Psicologia Ambiental e Agenda 21 brasileira. Disciplina: Modelos de Investigação II, curso de graduação em Psicologia, PUC/SP, 2º. semestre de 2002.

\_\_\_\_\_. Fatores psicológicos da percepção da qualidade ambiental. In: MAIA, Nilson B.; MARTOS, Henry L.; BARELLA, Walter. (Orgs.). **Indicadores Ambientais: conceitos e aplicações**. São Paulo: EDUC, 2001. p. 47-57.

BASSANI, Marlise A., SILVEIRA, Miguel A., FERRAZ, José M.G. Por um estado de espírito agroecológico consciente. In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE AGROECOLOGIA E

V SEMINÁRIO ESTADUAL SOBRE AGROECOLOGIA, 2003, Rio Grande do Sul. **Anais...** Rio Grande do Sul, 2003, v.I, p.1-4.

BECHTEL, Robert B.; CHURCHMAN, Arza. (Eds.) **Handbook of Environmental Psychology**. New York: John Wiley & Sons, 2002.

BOMFIM, Zulmira A.C. **Cidade e afetividade: estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e de São Paulo**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003. Originalmente apresentada como tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

BONNES, Mirilia; BONAIUTO, Marino. Environmental Psychology: from spatial-physical environment to sustainable development. In: BECHTEL, Robert B.; CHURCHMAN, Arza. (Eds.) **Handbook of Environmental Psychology**. New York: John Wiley & Sons, 2002. p. 28-54.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano Nacional de Saúde e Ambiente no Desenvolvimento Sustentável**. Diretrizes para implantação. Brasília, julho de 1995. Disponível em: <<http://www.opas.org.br/ambiente/carta.cfm>>. Acesso em: 12 dez., 2003.

CARNEIRO, Clarisse; BINDÉ, Pitágoras J. A Psicologia Ecológica e o estudo dos acontecimentos da vida diária. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 2, n. 2, p. 363-376, jul./dez. 1997.

CORRAL-VERDUGO, Victor. **Comportamiento proambiental. Una introducción al estudio de las conductas protectoras del ambiente**. Santa Cruz de Tenerife, Espanha: Resma, 2001.

FERREIRA, Marcos R. **Produção e conhecimento sobre degradação ambiental: uma incursão na Psicologia Ambiental**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997. Originalmente apresentada como tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

GARCIA MIRA, Ricardo; STEA, David; ELGUEA, Silvia. Environmental psychology and environmental policy: theoretical and practical questions. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 16, n. 1-2, p. 249-259, 2005.

GIFFORD, Robert. **Environmental Psychology. Principles and practice**. 3. ed. Boston: Optimal Books, 2002.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. 2. ed. Boston: Allyn and Bacon, 1997.

GIULIANI, Maria Vittoria. Proposal for an answer based on the comparison between "Environment and Behavior" and "Journal of Environmental Psychology". **Psicol. USP**, São Paulo, v. 16, n. 1-2, p. 89-102, 2005.

GÜNTHER, Hartmut. Environmental psychology in the interdisciplinary field of knowledge. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 16, n. 1-2, p. 179-183, 2005.

MOYANO-DÍAZ, Emilio. Política Ambiental como Forma de Sustentabilidade Ambiental e Sociopolítica. Mesa redonda: A Psicologia Ambiental e a Transformação de Realidades Humanas Latino-Americanas em Sociedades Sustentáveis. In: I CONGRESSO BRASILEIRO PSICOLOGIA: CIÊNCIA & PROFISSÃO. **Anais...** São Paulo: USP, 2002.

MOSER, Gabriel. Environmental psychology and people-environment studies: what kind of multidisciplinary collaboration?. **Psicol. USP**, São Paulo, v.16, n.1-2, p.131-140, 2005.

\_\_\_\_\_. La psicología ambiental: del análisis a la intervención dentro de la perspectiva del desarrollo sustentable. In: GUEVARA, Javier; MERCADO, Serafin. (Orgs.). **Temas selectos de Psicología Ambiental**. México: UNAM, Greco, Fundación Unilibre, 2002. p. 235-261.

\_\_\_\_\_. Psicologia Ambiental no novo milênio: integrando a dinâmica cultural e a temporal. In: TASSARA, Eda. (Org.). **Panoramas interdisciplinares para uma psicologia ambiental do urbano**. São Paulo: EDUC, 2001. p. 189-210.

OUR COMMON FUTURE. **The Brundtland Report**. Disponível em: <<http://www.brundtlandnet.com/brundtlandreport.htm>>. Acesso em 14 mai. 2004.

PINHEIRO, José Q. Psicologia Ambiental: em busca de um ambiente melhor. **Estudos de Psicologia**, Natal, v.2, n.2, 1997. p.377-398.

PROSHANSKY, Harold M; ITTELSON, William H.; RIVLIN, Leanne G. (Eds.). **Environmental Psychology: man and his physical setting**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1970.

STOKOLS, Daniel; ALTMAN, Irwin. **Handbook of Environmental Psychology**. Florida, U.S.A.: Krieger Publishing Company, v. 1 e v. 2, 1991.

WIESENFELD, Esther; SANCHEZ, Euclides; CRONICK, Karen. **La Investigación Acción Participativa como enfoque participativo para abordar temas ambientales**. Instituto de Psicologia, Universidad Central de Venezuela, 2002.